

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 09/2013**

Período: 30/03/2013 – 05/04/2013

GEDES – Brasil

- 1- Documentos do regime militar estão disponíveis na web
- 2- Declarações do novo secretário particular do governador de São Paulo geram polêmica
- 3- Coluna destaca críticas aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade
- 4- Esquadilha da fumaça faz última apresentação com T-27
- 5- Manifestantes protestam contra o golpe de Estado de 1964
- 6- Deputado requisitará que Comissão Nacional da Verdade apure o envolvimento do presidente da CBF com o regime militar
- 7- Filme sobre João Goulart é lembrado em festival de cinema
- 8- Senador se refere ao golpe de 1964 como “revolução” e causa polêmica
- 9- Paulo Sergio Pinheiro se manifesta sobre a Lei da Anistia

1- Documentos do regime militar estão disponíveis na web

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, documentos do regime militar (1964-1985) estão disponíveis no endereço eletrônico do Arquivo Público do Estado de São Paulo (www.arquivoestado.sp.gov.br) desde o dia 01/04/13. Documentos do então Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops), um dos principais órgãos de repressão durante o regime, e do Departamento de Comunicação Social (DCS), órgão criado para substituí-lo e abrigar seus funcionários, já podem ser acessados por pesquisadores e interessados pelo tema. Apenas 10% dos documentos desses dois órgãos foram digitalizados até o momento. Segundo o *Correio*, o acesso físico aos documentos era possível, porém, com o sistema eletrônico, este será facilitado. O jornal destacou que o trabalho foi resultado dos esforços da Associação dos Amigos do Arquivo Público de São Paulo, do projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e também contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). De acordo com o *Correio*, o projeto levou dois anos para ser concluído, ao custo de aproximadamente R\$ 800 mil. O jornal avaliou que a iniciativa possibilitará às vítimas do regime comprovarem a violência que sofreram, o que permitirá uma melhor condução dos processos de reparação pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e também irá auxiliar nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Conforme os jornais *Correio* e *O Estado de S. Paulo*, a cerimônia de abertura dos documentos foi precedida por um encontro entre autoridades e integrantes da CNV. Segundo o coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Carlos Bacellar, a disponibilização dos documentos é parte do cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Para o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, a divulgação dos documentos é extremamente importante e a política de direitos humanos deve, acima de qualquer partido, ser uma política de Estado. Por sua vez, o novo secretário particular do governador, e fundador do Movimento

Endireita Brasil, o advogado Ricardo Salles, que frequentemente defende o governo militar e é crítico da CNV, limitou-se a declarar que “estamos no século 21, temos que dar transparência aos documentos”. Segundo a *Folha*, o coordenador da CNV, Paulo Sérgio Pinheiro, anunciou durante o evento que serão digitalizados e disponibilizados na internet até junho de 2013 cerca de 16 milhões de documentos produzidos durante o regime militar que estão no acervo do Arquivo Nacional. Pinheiro respondeu também às cobranças por mais transparência por parte da CNV e às críticas de que a Comissão Estadual da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, coordenada por Ivan Seixas, estivesse avançando com mais rapidez que a CNV, afirmando que “cada um tem seu estilo”. “Eu não vou me mudar aos 70 anos para ser igual ao Ivan Seixas” afirmou Pinheiro, após protesto feito pelo movimento Levante Popular pedindo a divulgação de relatórios parciais e a prorrogação da Comissão por mais dois anos. Segundo *O Estado*, Pinheiro declarou que os resultados dos trabalhos da CNV serão apresentados apenas no relatório final. (Correio Braziliense – 30/03/13; Correio Braziliense – 31/03/13; Correio Braziliense – 02/04/13; Folha de S. Paulo – Poder – 30/03/13; Folha de S. Paulo – Poder – 02/04/13; O Estado de S. Paulo – 02/04/13)

2- Declarações do novo secretário particular do governador de São Paulo geram polêmica

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a cerimônia que inaugurou a disponibilização na web de parte dos arquivos do regime militar (1964-1985) também foi marcada por uma polêmica envolvendo o advogado Ricardo Salles, novo secretário particular do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Salles é um forte crítico da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e defensor do regime militar, ademais é fundador do Movimento Endireita Brasil (MEB). Segundo o jornal, o novo secretário já apoiou publicamente o regime militar e questionou existência de crimes cometidos por seus integrantes. A presença de Salles na cerimônia gerou mal estar entre os integrantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como o senador Aloysio Nunes Ferreira, que argumentou que Salles vê a história do Brasil sob outra ótica e afirmou que discorda da posição do advogado em negar as graves violações de direitos humanos ocorridas durante o regime. Já o ex-governador de São Paulo, Alberto Goldman, declarou que Salles desconhece a história do país. Outros políticos não só criticaram as posições do secretário, como também defenderam sua saída do cargo. Em coluna opinativa para o *Estado*, Marcelo Rubens Paiva, filho do deputado Rubens Paiva, morto por agentes do regime militar, fez forte críticas a Salles e pediu para que Alckmin se retratasse publicamente diante as declarações feitas pelo assessor. Procurado pelo jornal, o governador preferiu não comentar as declarações de Salles, uma vez que se trata de opiniões pessoais e não refletem a posição do governo. Em entrevista ao *Estado*, Salles alegou que foi mal interpretado e que nunca negou a existência de crimes durante o regime militar, assim como nunca se opôs à busca pela verdade. Em sua opinião, nem todos os militares cometeram crimes. Argumentou ainda que sempre incentivou que os militares fossem voluntariamente à CNV relatar tudo o que vivenciaram durante o período, mesmo porque eventuais crimes que tenham cometido estariam prescritos e, portanto, ninguém seria punido. No caso de Rubens Paiva, Salles afirmou que

nunca duvidou que este tivesse sido assassinado por agentes do regime. Entretanto, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, do dia 05/04/13, integrantes do PSDB pediram ao governador que demitisse Salles, pois este pode prejudicar a imagem de Alckmin em decorrência de manifestações públicas sobre suas posições políticas. (Folha de S. Paulo – Poder – 05/04/13; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/04/13; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/04/13)

3- Coluna destaca críticas aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade

Segundo a colunista Tereza Cruvinel, do jornal *Correio Braziliense*, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem produzido tímidos resultados, gerando insatisfação até mesmo por parte da presidenta da República, Dilma Rousseff. Entretanto, para a colunista, as justificativas para tal ocorrência encontram-se nas escolhas feitas pela própria presidenta, entre elas destaca-se a falta de hierarquia no colegiado, diferentemente das comissões da verdade em outros países latino-americanos, que contavam com presidente e relator. Além disso, Cruvinel apontou que os integrantes da CNV se queixam das constantes ausências de alguns de seus sete membros, como o advogado José Paulo Cavalcante Filho e o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp, por problemas de saúde. Cruvinel comentou que Rousseff, alegando pluralidade e imparcialidade no momento da composição do colegiado, deixou de incluir “representantes das famílias e das entidades que lutam pela verdade, dos advogados que tiveram coragem de defender as vítimas e dos outros poderes, que poderiam estar dando sua contribuição”. Com relação à transparência e divulgação dos trabalhos, a colunista apontou que Rousseff gostaria que a CNV “estivesse contribuindo de forma mais efetiva para o envolvimento da sociedade com este resgate da História”, almejando que os depoimentos fossem abertos, com um maior número de sessões públicas e que mais documentos estivessem à disposição da população. Cruvinel ainda ressaltou que os clubes militares consideram a Comissão uma afronta “criada por lei para inventariar os crimes e as violações ocorridas durante a ditadura, embora não tenha qualquer poder jurídico para denunciar ou punir”. Além disso, a colunista informou que por ordem de Rousseff e do ministro da Defesa, Celso Amorim, pela primeira vez foi proibida a divulgação da Ordem do Dia em 31/03/13, evitando qualquer tipo de comemoração do aniversário do golpe de 1964. (*Correio Braziliense* – 31/03/13; *Correio Braziliense* – 02/04/13)

4- Esquadrilha da fumaça faz última apresentação com T-27

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Esquadrilha da Fumaça, ou Esquadrão de Demonstração Aérea, realizou no dia 31/03/13 a última apresentação com os aviões modelo T-27 Tucano. Segundo o jornal, a apresentação durou cerca de 30 minutos e teve a demonstração de algumas manobras tradicionais da equipe. Para a adaptação ao novo modelo de aeronave, o A-29 Super Tucano, os oficiais ficarão cerca de nove meses sem se apresentarem. Os aviadores treinarão com o A-29 na Academia da Força Aérea, na cidade de Pirassununga, no interior do estado de São Paulo. A equipe já foi certificada pelo Livro dos Recordes, o Guinness Book, sendo que o próprio recorde, de voo invertido simultaneamente, foi superado nos anos de

2002 e 2006. O *Correio* acrescentou que, segundo o capitão João Pivovar, o Super Tucano possui itens que proporcionam maior conforto ao piloto e um computador de bordo mais moderno. Segundo o tenente-coronel aviador Marcelo Gobett, comandante do Esquadrão, a troca de modelo é necessária, uma vez que os Tucanos sofreram um desgaste considerável ao longo dos 30 anos de apresentação, com aproximadamente 2,5 mil exibições em 20 países. Dessa forma, os T-27 passam a servir somente para instrução de novos aviadores. O periódico ainda informou que as apresentações da Esquadrilha darão projeção aos A-29, assim como ocorreu com o T-27, que foi vendido para mais de 10 países, além do Brasil. Ambos os modelos são produzidos pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) que foi escolhida pela Força Aérea dos Estados Unidos para fornecer 20 unidades do Super Tucano, que serão utilizadas no Afeganistão, a partir de 2014. (*Correio Braziliense* – 31/03/13; *Correio Braziliense* – 01/04/13)

5- Manifestantes protestam contra o golpe de Estado de 1964

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, um grupo de manifestantes se reuniu na praça da Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro, para protestar contra a tomada do poder que deu origem ao regime militar (1964-1985), que completou 49 anos no dia 31/03/13. Estudantes, índios e parentes de perseguidos políticos vítimas do regime gritaram palavras de ordem e pediram a abertura dos arquivos da época. Também estavam presentes grupos de direitos humanos, representantes de partidos políticos e de sindicatos, que se reuniram em frente ao prédio do Clube Militar. Um dos integrantes do grupo Tortura Nunca Mais, Sérgio Moura, defendeu que sejam identificados os representantes do governo militar responsáveis por crimes cometidos durante o regime. (*Correio Braziliense* – 02/04/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 02/04/13)

6- Deputado requisitará que Comissão Nacional da Verdade apure o envolvimento do presidente da CBF com o regime militar

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Romário de Souza Faria, irá pedir à Comissão Nacional da Verdade (CNV) que ajude a elucidar as denúncias sobre a participação do atual presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), José Maria Marin, com o regime militar (1964-1985). Entretanto, segundo Rosa Maria da Cunha, integrante da CNV, o colegiado não tem uma posição formada sobre o assunto, e para ela, Marin não foi figura de destaque entre os apoiadores do regime militar. Além desse pedido, Romário acompanhou uma petição pública que pede a saída de Marin do comando da CBF. A petição foi organizada por Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, que acredita que o presidente da CBF participou indiretamente da morte de seu pai em 1975, quando solicitou investigação sobre a infiltração de comunistas na TV Cultura de São Paulo, onde Vladimir Herzog trabalhava. (*O Estado de S. Paulo* – 03/04/13)

7- Filme sobre João Goulart é lembrado em festival de cinema

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o filme "Jango", que conta a história do ex-presidente da República João Goulart, foi destaque na retrospectiva do 18º festival *É Tudo Verdade*. O filme marca o início das discussões sobre os 50 anos da tomada do poder pelos militares em 1964, que derrubou Goulart da presidência e instaurou o regime militar no Brasil (1964-1985). O documentário, de Silvio Tendler, foi um sucesso quando estreou em 1984, pois, segundo a *Folha*, o governo militar estava enfraquecido e a campanha pelas Diretas-Já ganhava destaque. Segundo o jornal, a Comissão Nacional da Verdade irá investigar a morte do ex-presidente e a família já permitiu a exumação de seus restos mortais. De acordo com Tendler, na época, o filme pode ser produzido graças ao apoio financeiro de Denize Goulart, filha de Jango, e Antônio Balbino, ex-governador da Bahia e ex-ministro nos governos Getúlio Vargas e Goulart. Em entrevista à *Folha*, Tendler afirmou que o "Jango" é a maior bilheteria do cinema político brasileiro, com estimativa de um milhão de espectadores. O cineasta lembrou que o filme foi barrado na censura do regime, mas que a realização de uma sessão a portas fechadas para toda a imprensa fez com que ela "comprasse a briga". Durante o Festival de Cinema de Gramado de 1984, o filme ganhou o prêmio especial do júri e o de melhor filme pelo júri popular, apesar de esforços de setores aliados do regime para que isso não ocorresse. Tendler contou que está produzindo uma trilogia para discutir o pós-64: o primeiro será sobre os advogados que lutaram contra a ditadura; o segundo fala a respeito da resistência dos militares pela democracia; e o terceiro será "Há Muitas Noites na Noite", sobre o exílio, baseado no "Poema Sujo", de Ferreira Gullar. (*Folha de S. Paulo – Ilustrada – 03/04/13*)

8- Senador se refere ao golpe de 1964 como "revolução" e causa polêmica

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Aécio Neves, em discurso no Congresso Estadual de Municípios paulistas, que ocorreu na cidade de Santos, estado de São Paulo, chamou o golpe de 1964, responsável pelos 21 anos de regime militar no país, de "revolução de 64". O termo costuma ser utilizado pelos defensores do regime. A referência foi feita durante um discurso em que o senador recapitulava historicamente a concentração de poder no governo federal, a qual crítica. Após o discurso, Neves foi questionado a respeito do uso do termo e respondeu "ditadura, revolução, como quiserem [chamar]. É um regime autoritário que lutamos muito para que fosse vencido. Eu tenho muito orgulho de pelo menos participar do finalzinho da luta para a reconquista da democracia no Brasil. Uma ditadura que nós não queremos que se repita". Neves é neto do primeiro presidente eleito indiretamente pós-regime militar, Tancredo Neves, que morreu antes de assumir o cargo. (*Folha de S. Paulo – Poder - 05/04/13*)

9- Paulo Sergio Pinheiro se manifesta sobre a Lei da Anistia

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o atual coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Paulo Sergio Pinheiro, disse "que o Brasil deveria seguir as regras dos tribunais internacionais, para os quais a autoanistia não é aceitável" e que o país deveria cumprir a sentença da Corte Interamericana de

Direitos Humanos (CDIH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), que recomenda a revisão da Lei da Anistia (1979), promulgada durante o regime militar (1964-1985). De acordo com Pinheiro, as “autoanistias não são aceitas em cortes internacionais”. Pinheiro ainda fez questão de dizer que esta se trata de uma posição pessoal e não da CNV, e que à CNV não cabe tomar decisões ou fazer manifestações sobre o assunto. Para Pinheiro, a forma em que se interpreta a Lei da Anistia não interfere nos trabalhos da CNV, pois sua função é esclarecer as graves violações de direitos humanos que ocorreram durante o regime, sem o caráter punitivo. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/04/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br.

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais).